

Turf Wars understates the centrality of rethinking race, although Ng'weno's arguments concerning racial identification in Buenos Aires provide a crucial handle on how we should be grappling with this issue in Latin America. In recent years, many Latin Americanist anthropologists (most prominent among them being Marisol de la Cadena and Mary Weismantel) have begun to reject the concept of ethnicity, privileging the notion of race, in an effort to comprehend the politics of diversity. Their argument is that ethnicity (read as closed and culturally homogeneous groups) was adopted by anthropologists as a substitute for flawed notions of race, but that it is now necessary to study how race is socially and historically constructed in Latin America, rejecting older notions of ethnicity as essentialist and ahistorical. What Ng'weno effectively demonstrates is that it is not an either/or proposition. On the one hand, she argues that ethnicity must be rethought as a political process of group identification in struggle with what was for centuries a state that imagined itself as ethnically homogeneous; ethnicity is thus not a simple classification of cultural groups or an interpersonal process of setting boundaries between individuals. Identification as an ethnic actor enables a particular kind of citizenship in the modern world, forcing groups that in the past did not claim ethnicity to embrace it. In Colombia, this means establishing communal property rights in order to be classified as Afrocolombian. On the other hand, Black Colombians have always been racial subjects, and continue to be categorized racially by the state, by the dominant society, and by neighboring indigenous people. Both of these are at stake in Buenos Aires. Thus, what *Turf Wars* shows is that we must study the interplay of race and ethnicity, rather than privileging one over the other, if we are to comprehend what it means to be Afrocolombian. I would suspect that this observation is equally valid in Brazil, Nicaragua, Ecuador, and a host of other locations, suggesting Ng'weno is making a significant contribution to the understanding of race in Latin America.

Joanne Rappaport

Georgetown University

JENS ANDERMANN: *The Optic of the State: Visuality and Power in Argentina and Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007.

Não é de hoje que se questiona o que se convencionou chamar de “imperialismo das fontes escritas”. Cunhada por Jacques Le Goff, a expressão anuncia a antiga proeminência das fontes literárias, fossem elas cartas, atas, livros, testamentos, leis ou decretos. Vinculado a uma historiografia positiva e *eventuelle*, esse modelo foi vitorioso durante muito tempo e, ademais, símbolo certo de objetividade e boa metodologia.

A entrada de novas fontes no cenário historiográfico deve muito à Escola dos Anales e a toda uma historiografia renovada, que buscou novos suportes como as lápides, os móveis, a arquitetura, as moedas, a culinária e, ainda, enfrentou o universo das imagens. Mapas, mas também telas, esculturas, fotografias e gravuras, passaram a ser explorados como “representações”, discursos operantes para denunciar comunidades imaginadas, novos universos de significação. Longe de serem entendidos como meros “reflexos”, os novos documentos indicavam a capacidade performática e produtiva de sua realidade. Ou seja, mais do que produto eram produção; constituíam modelos, costumes e percepções.

Foi talvez inspirado por essa voga, difícil de seguir e que nada tem de recente, que Jens Andermann escolheu analisar a *Ótica do Estado*. Já no subtítulo da obra ficam evidentes os domínios e locais a serem explorados: visualidade e poder na Argentina e no Brasil. As sociedades se exibem com frequência, como também são alvo de exibição, e vale a pena atentar para esse recorte específico que, ao mesmo tempo, abre um mundo de alusões. O objetivo do livro é, pois, tomar o Estado como uma forma visual privilegiada; uma maneira de olhar, isso sem deixar de considerar os objetos que comandam essa observação.

Trata-se de uma mudança de “perspectiva”, nos termos de E. Panofsky, uma meditação sobre discursos de visualidade enquanto discursos de verdade, para importarmos os termos de Michel Foucault. E Jens Anderman investe de fato nesse processos de constituição de visualidade e de invisibilidades, sobretudo no contexto do final do século XIX e início do XX, quando nesses Estados se apresentam novos discursos nacionais, que articulam, de maneira privilegiada, natureza e história.

Nesse contexto, e contando com uma série de instituições a balizar as novas práticas, estabelece-se uma espécie de teatro de sombras, que faz desfilarem um complexo sistema público, expresso nos monumentos, efemérides, decorações, estátuas oficiais... tudo que o olho alcança e a imaginação nacional permite apreender.

O autor explora, em particular, duas grandes seções: os museus e os mapas – novas representações do espaço e do tempo –, ambas agenciadas na criação e conformação dessas nacionalidades modernas. Os museus, por um lado, representavam a coleção de um saber universal, um novo espaço de ordem, uma política renovada de verdade. Com ele, aterrissavam princípios de cronologia e localidade, como também a própria prática de classificar e coletar.

Museus foram também locais de performance e de constituição de “outros”; espaço para a demarcação do “nós” que sempre se apresenta como oposição aos outros. Museus foram ainda palcos diletos para a apresentação e elaboração dessas “festas do progresso” (as exposições universais), que desde meados do

XIX passavam a teatralizar as nações civilizadas (ou nem tanto), que agora se exibiam nesses novos circos viajantes do capital globalizado.

Nesse processo, forma-se toda uma nova história, marcada pela prática das escolas públicas e dos arquivos nacionais. Determinar o passado e datá-lo, criar uma nova agenda de fatos e eventos e manufaturar uma amnésia coletiva, são práticas diretas desses novos tempos, que oscilam entre apresentar e obliterar; lembrar e esquecer. Novos passados são “reconstruídos”, assim como indubitáveis eventos pregressos são silenciados, nessa ambígua fé na história que dava à identidade a certeza de estar bem assentada num passado muito bem recortado. Era necessário, conforme diz Jens, achar “um lar para essa história”, o que implicava em criar novos símbolos, selecionar heróis e distinguir destinos.

Também os mapas cumpriram papel semelhante: “essa ilha de verdade, num mar de ilusões”. Geografia se aproximava de ciência, nessa fronteira ainda titubeante de áreas do saber, e novos desenhos e cartografias seriam tomados como verdades quase naturais. A natureza surgia como uma exterioridade apalpável, um tema do Estado e da sociedade nacional. A construção de uma moldura espacial e a criação de novas capitais davam realidade ao que era apenas um mapa social, uma paisagem cultural feita de memória sensível e afetiva. O mesmo fariam as fotografias, que ao multiplicar as possibilidades visuais faziam crer que desenhavam contornos confiáveis da nação.

Escrito com um estilo implacável, com sabor de crônica saborosa, *The Optic of the State* é obra que se lê sem querer parar. A pesquisa é também primorosa e o autor nos presenteia com documentos que, se não são novos, são revisitados com muita originalidade. O recurso à comparação é também digno de louvor. Em geral, na América Latina, poucos são os estudos que arriscam paralelos e perspectivas comuns. No entanto, ao menos nesse aspecto, Jens Andermann poderia arriscar mais, e, ao invés de citar casos de um país e depois do outro, experimentar colocá-los mais “em relação” e perspectiva.

Resta, por fim, uma pequena provocação. O autor mostra com requintes como os Estados modernos forjam suas próprias realidades visuais. Como as “inventam”, na tradição dos textos de Eric Hobsbawm. Mas valeria indagar, nas pistas dadas por obras como as de Roy Vagner, que saída teríamos senão inventar e forjar. Também Benedict Anderson mostrou as ambivalências próprias a criadores e criaturas, ambos imiscuídos no processo que tratam de inventar. O homem é um ser que cria culturas, e investe nelas.

Além do mais, quem sabe poderíamos adentrar o recinto por outra porta. Para além da “desconstrução”, como entender a “recepção” dessa nova visualidade? De que maneira enfrentar a idéia de que essas representações ganharam a imaginação e foram investidas como verdades? Jens Andermann nos convida a entrar no recinto, mas talvez tenha deixado a porta aberta demais. De fato,

Brasil e Argentina fizeram uso alargado de uma iconografia de Estado, expressa em mapas, museus, telas e fotografias. Também é claro como esses suportes foram devidamente agenciados e manipulados pelas elites locais. Agora é hora de pensar em quem consumiu e como consumiu essa nova e avassaladora visualidade. Um bom livro é o que se abre para muitos outros e *The Optic of the State* veio mesmo para ficar, e fazer pensar.

Lilia Moritz Schwarcz

Universidade de São Paulo

GERALD HORNE: *Cold War in a Hot Zone: The United States Confronts Labor and Independence Struggles in the British West Indies*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2007.

Gerald Horne has written a book dedicated to the exploration of radical politics in the British West Indian colonies in the immediate aftermath of World War II and seeks to illustrate the reasons for the failure of radical elements and groups within the Caribbean Labor Congress to acquire greater influence over the political evolution of the region. It is an ambitious agenda that allows Horne to illustrate the rise of British West Indian-African American solidarities and activism in the challenge to the politics of white supremacy (segregation) in America and colonialism (in the British West Indies). The book also explores some of the tensions in the Anglo-American relationship in response to the West Indian challenge in the context of the emerging Cold War and the ways in which Cold War policies would lead Britain and the United States to constrain the emergence and evolution of West Indian nationalism after 1945. His use of archival and other sources from the West Indies, Britain, and the United States provides a range of insights into the period that complements previous work done by other scholars who have mined this period of West Indian history.

Horne's major contribution is his discussion of the rise of successive generations of entrepreneurial labor leaders in several West Indian colonies from the 1930s to the 1950s – Tubal Uriah Butler and Albert Gomes in Trinidad; Eric Gairy in Grenada; Vere Bird in Antigua; Richard Hart, Norman Manley, and Alexander Bustamante in Jamaica; Cheddi Jagan in British Guiana; Robert Bradshaw in St. Kitts-Nevis; and Grantley Adams in Barbados – whose challenges to British colonial policy helped to speed the pace of change in the region. Horne's sympathies are clearly with the radical (read Marxist-influenced) elements in these movements and perceives them as the "true" progressives in the region who became victims of the Anglo-American deployment of anti-communist rhetoric and policy to prevent the radicalization of the region – given its geo-